

5. “Ao chorarmos a saudade do Colégio Militar¹¹⁰”: etnografia da cerimônia de aniversário do CMRJ

5.1. Introdução

No dia seis de maio de 1889, o CMRJ começou seu primeiro ano letivo. Até hoje, aquela aula inaugural é tomada como data de referência para as comemorações do seu aniversário¹¹¹. Assim, para um colégio vinculado a uma instituição fortemente ancorada em sua história e no terreno que ocupa, o “seis de maio” substantivou-se, não só como convite às comemorações natalícias, mas como chamado ao encontro dos ex-alunos e ao culto da memória do CMRJ. Visitar o Colégio nesta data não é, apenas, comparecer a um lugar; é retornar a um tempo.

Isto se prova por referências do tipo: “você esteve no seis de maio?”, em que a data assume o significado do evento. Como consequência imediata, se torna quase impossível descolar os festejos do dia no calendário, de tal forma que, caia em qualquer dia da semana, é esperado o encontro de alunos e ex-alunos no dia seis de maio.

E, para este encontro, convergem aquelas características que dão o tom nos eventos militares: o estrito cumprimento dos protocolos cerimoniais; as referências ao passado (do Brasil, do Exército e do CMRJ); e as oportunidades de forte integração emocional entre os participantes. Particularizam esse aniversário, em relação à categoria mais geral das festas castrenses, a presença e a participação dos ex-alunos.

Sobre este aspecto, retomo um mote destacado e repetido ao longo das etapas desta tese em construção: o fato de que os alunos dos Colégios Militares não são militares. Emulando todo um conjunto de características da Força

¹¹⁰ Verso da canção do CMRJ: “...Mas um dia o pranto há de nossos olhos inundar / Ao chorarmos a saudade do Colégio Militar...”

¹¹¹ Ainda que a data de criação do educandário seja o dia 9 de março de 1889, conforme atesta o Decreto nº 10.202, desta data.

Armada, participando temporariamente do *ethos* institucional, *estando militares* em momentos muito específicos, em que toda a teatralidade dos cerimoniais parece convidar a essa crença, os alunos são, ainda assim, jovens civis cursando a Educação Básica, dentro daquele intervalo que vai do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

Considerando um ângulo mais metodológico, esta condição particular – fronteira entre dois universos (o dos militares e o dos civis) muitas vezes apenas tangentes – privilegia a investigação, não só do Exército como instituição, mas do ensino militar em contraponto ao meio civil e suas características. Porque a condição dos Colégios Militares, que é a de formar jovens civis na Educação Básica, para a vida – majoritariamente – civil¹¹², é única dentro dos estabelecimentos de ensino militares.

Esta condição particular faz emergir, ainda, uma figura de grande valor heurístico, que é o ex-aluno. O discente do CMRJ não é, como tenho enfatizado, um profissional das Armas; em seu cotidiano escolar ele se encontra, muitas vezes, subsumido a uma condição fronteira, na qual deve seguir uma extensa e detalhada normatização quanto aos gestos, ao comportamento, ao uso e conservação das vestes, mas, ao mesmo tempo, preservando sua condição primeira de não ser militar. É nesta coexistência de papéis que podemos observar a *tradução* (LAW, 2012) do “aluno do CMRJ”. Detenhamo-nos um pouco mais detidamente neste conceito e em sua expressão, no caso do CMRJ.

Para a Teoria do Ator-Rede, o *ordenamento social* é, sempre, a expressão de um momento particular de uma rede heterogênea. Não é algo substantivo, mas a vista de um certo conjunto de relações, em um certo momento. Nós não atentamos, cotidianamente, para as redes, em sua complexidade; as incorporamos a denominações que as substituem e representam. Assim é que, por detrás do substantivo “Exército” (com o qual podemos lidar) existe um sem número de atores, humanos ou não, em complexa interação que produz um certo efeito estável, razoavelmente constante e rotineiro, que podemos subsumir como

¹¹² Em sua gênese, os Colégios Militares formavam majoritariamente para a oficialidade. Para maior compreensão disso que se chamou de “função preparatória”, ver COSTA e CUNHA (2006 e 2012).

“Exército”. Neste momento, a rede está *pontualizada* e o que houve foi uma *tradução*.

A *tradução*, então, é a ação de gerar esta estabilidade que nos permite enxergar a rede, não como uma efervescência, mas como um construto. No caso que nos interessa, o “aluno do CMRJ” é um conjunto rizomático de componentes humanos (ele próprio, seus pais e professores, todos os profissionais do Colégio que trabalham para dar significado a um “ser aluno”, etc.) e não humanos (sua farda, seu código comportamental, sua linguagem, os recursos tecnológicos dos quais lança mão para viver nos dias de hoje, etc.) que, como rede heterogênea, seria pouco inteligível e identificável, mas, como esse conjunto de interações se encontra razoavelmente rotinizado, ele pode ser substantivado como uma coisa em si; ele pode ser *pontualizado*.

Nunca é demais retornar a finalidade mais geral da Teoria do Ator-Rede, como sendo, exatamente, enxergar as redes heterogêneas para além de suas pontualizações, em suas interações complexas de elementos humanos e não-humanos, para compreender como se dão estes efeitos de ordenamento e de poder.

Ora, se o aluno pode ser entendido, com restrições, como uma rede pontualizada, ou seja, uma rede na qual a tradução produziu estabilidade, de tal forma que é sempre mais difícil enxergar seus componentes, a figura do ex-aluno, sob muitos aspectos, representa a abertura de uma caixa-preta¹¹³, já que ele traz os elementos da composição anterior muitas vezes explicitamente relidos, até eviscerados em seu retorno à Casa de Thomaz Coelho.

E há que se distinguir, de um conceito maior de “ex-aluno” (mesmo de escolas tradicionalíssimas como as confessionais cariocas – São Bento, Santo Ignácio –, todas criadoras de fortes vínculos entre seus ex-integrantes), aqueles que, ao retornar aos colégios que deixaram, naqueles dias propícios à celebração do tempo que passou, não buscam, apenas, reencontrar os amigos, sejam discentes

¹¹³ *Caixa-preta* é outro conceito fundamental dentro da Teoria do Ator-Rede (LATOURE, 2012) – como um conjunto tão bem resolvido que dele dispomos sem lhe dar atenção. É o fragmento de rede simplificado ao ponto de aparentar uma unidade interessante, uma ilusão de conjunto que nos dispensa a preocupação. Quando surge o problema, o imponderável, vem à tona a complexidade oculta pela simplificação. É necessário, então, abrir a caixa-preta, esclarecê-la, eviscerar a intrincada rede e seus elementos.

ou docentes, ou rever as instalações que lhes dizem algo em particular; mas buscam, também, reintegrar-se aos símbolos, à materialidade dos costumes e tradições, “remontarem-se” com gestos e vestes, *tornarem-se paisagem*¹¹⁴, novamente.

É claro que o Exército, tão cioso do uso que é feito de seus itens identitários privativos, vai restringir o acesso – dentro do possível –, desses visitantes à composição de um aluno do Colégio Militar. Os ex-alunos não podem vestir, novamente, as fardas completas; não se misturarão, na formatura, aos alunos dos dias de hoje, àqueles que conquistaram seus status pelo rito de passagem da admissão e que ainda não o abandonaram pela passagem, em sentido contrário (saída), pelos portões do CMRJ.

Isso porque a instituição reconhece a transitoriedade da condição do aluno; como mostrarei mais à frente, os discentes fazem um juramento para *estar alunos* e outro quando deixam de *estar*. E é interessante como estes dois juramentos atestam bem, hoje, esta transitoriedade, o caráter fugaz de um período que não mais forma novos militares, mas outros sujeitos que convivem por um tempo, depois seguem suas vidas.

Então, resta aos ex-alunos, na oportunidade (não só permitida, mas incentivada que é o aniversário do Colégio) de conagração do seis de maio, resgatar suas boinas garança, objeto icônico da condição de aluno, sobre o qual se tolera – nestas ocasiões – o uso não regulamentar, como atestado de pertencimento à confraria daqueles que, um dia, cruzaram o portão principal em seus dois sentidos.

Devemos observar, também, que – no clima de “informalidade vigiada” que se instaura no aniversário – outras participações ao status de aluno são permitidas aos visitantes. Falarei, mais a frente, das continências informalizadas pelos não-militares e, principalmente, no desfile dos ex-alunos.

¹¹⁴ Retomo, aqui, a citação que vem eixando – junto com outros achados recolhidos ao longo do trabalho – a pesquisa etnográfica: “*Meu pai tornou-se paisagem*” (BERQUE, 2010, p. 14)

5.2. O “seis de maio” de 2014

Cheguei ao Colégio com alguma antecedência, buscando assistir àqueles itens do cerimonial que, embora acessórios para a maioria dos presentes, compõem a chancela do caráter militar do evento. Um destes itens, por exemplo, ocorreu do lado de fora: a escolta de honra conduzida por alunos do Esquadrão de Cavalaria.

Nesta atividade, um grupo de alunos esperou – montado a cavalo – a mais alta autoridade que iria presidir a cerimônia, nas imediações do Palacete da Laguna. A proximidade entre estas duas propriedades militares (o Palacete e o Colégio) facilitou a reprodução de mais uma tradição apropriada do folclore castrense, que é a da tropa a cavalo esperar a autoridade, para garantir a segurança de sua chegada. É claro que – como acontece sistematicamente nos componentes do cerimonial militar que inventariei – a ação fica despida de sua funcionalidade: aqueles alunos não estavam garantindo a segurança de ninguém, efetivamente, mas atualizando uma prática do passado institucional, colaborando, assim, para dar voz a este passado.

A autoridade em questão, porém, não chegou a cavalo. Desceu do carro oficial no portão do CMRJ, possibilitando a execução do segundo item de sua recepção, que é a guarda de honra.



Figura 30: Maior autoridade chegando ao CMRJ

Na guarda de honra, uma seleção de alunos da Companhia de Infantaria¹¹⁵, esperou, em forma, a autoridade. Na foto a seguir é possível ver o General de Exército Uelington José Montezano Vaz, Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx) – e ex-aluno do CRMJ – chegando para presidir a cerimônia e tomando contato, primeiro, com a banda do Colégio (composta de alunos). Ao seu lado e um pouco atrás, segue o aluno designado para recepcioná-lo¹¹⁶, o qual “apresentou” a guarda de honra.



Figura 31: Gen Montezano passando em revista a Guarda de Honra

O ato de “passar em revista a tropa” (no caso, a guarda de honra) significa passar ao lado dela, conferindo-lhe a postura, a boa apresentação dos uniformes, a marcialidade dos movimentos da Ordem Unida (os alunos estão na posição de “apresentar armas”). Enquanto a autoridade se moveu, os alunos a seguiram girando a cabeça.

Ainda que bem cedo, já havia muitos pais e outros visitantes no Colégio, para os quais cada uma dessas atividades é um show à parte, uma coisa bela e pitoresca de se ver, ainda que não se penetrasse – a não ser para aqueles visitantes que são militares e/ou ex-alunos, portanto iniciados no imaginário da caserna – naquilo que o ritual pretendia comunicar.

¹¹⁵ Dentro da distribuição de responsabilidades para o aniversário, assim como os alunos da Cavalaria tiveram que atualizar a escolta hipomóvel, os de Infantaria receberam a incumbência da guarda de honra. Cito, aqui, mesmo não tendo assistido sua intervenção, os alunos de Artilharia, incumbidos da salva de canhão.

¹¹⁶ Também dentro desta distribuição de incumbências, é dada a um aluno de destaque intelectual a deferência em receber a autoridade. No evento em questão, foi o aluno de segunda maior patente quem cumpriu com o ato oficial, já que, para o primeiro lugar – a coronel-aluno – ficou a deferência em apresentar o Batalhão Escolar.

Cumpridas estas duas etapas do conjunto que podemos denominar como “recepção à autoridade” (escolta e guarda de honra), a cerimônia sofreu uma interrupção logística: os alunos que participaram da recepção precisaram se reunir aos demais e, neste interim em que se reposicionaram, a autoridade presidente do evento esperou fora de cena, recebida pelo comandante do Colégio, próxima do local onde a etapa seguinte transcorreu: a Praça Thomaz Coelho.

Pontualmente, às 08:30 horas, começou a parte principal da comemoração do aniversário. E, neste ponto, cabe destacar o efeito que entendemos como complexo da padronização do cerimonial militar. Como mencionado na apresentação da festividade anterior (as duas etapas que estruturam a entrada dos novos alunos), as cerimônias militares, por força da normatização de suas composições – padronização essa que é herdada, sempre, da estância superior que é o próprio Exército, o qual regula os eventos lançando mão de sua Secretaria Geral (SGEx)¹¹⁷ – estão sempre remetidas a um espaço e a um tempo que lhes são exteriores, a um *in illo tempore*¹¹⁸ que confere força, pela perenização dos rituais, aos seus partícipes.

Assim é que certas coisas sempre acontecem nas cerimônias militares e ocorrem em determinada sequência, e, para quem conhece e acompanha esses rituais – como é meu caso, de nativo – estarão se repetindo, da mesma maneira, em todos os outros aquartelamentos. Por exemplo, assim como ocorreu nas duas etapas que configuraram a entrada dos novos alunos (a entrada propriamente dita e a entrega da boina garança), a cerimônia começou com a recepção à mais alta autoridade (aquela que já chegou e estava esperando o início da atividade). Espera-se, assim, esta recepção, porque “sempre foi assim” e “sempre será”. A instituição se pereniza em seus rituais e seus membros, trocando-se no todo maior desse tempo e espaço petrificados (que é, em última análise, a Pátria), perenizam-se juntos.

¹¹⁷ São de acesso público os manuais que regulam as festividades: http://www.sgex.eb.mil.br/vade_mecum/vademecum.htm (acessado em 17OUT14)

¹¹⁸ Lembrando, aqui, do tempo (e do espaço) imemorial descrito por ELIADE (1992). As referências rituais a essas duas dimensões são, sempre, como se o que ocorre na cerimônia “sempre tivesse ocorrido” (fora do tempo, portanto) e ocorresse “sempre da mesma maneira” (fora do espaço).

Aconteceu a premiação dos primeiros colocados. Seguindo o mote das “distinções dentro das distinções”, o CMRJ concedeu as medalhas “Aplicação e Estudo” nas categorias de ouro, prata e bronze aos primeiro, segundo e terceiro colocados de cada ano do EF /EM, respectivamente, guardando a medalha “Graça Couto” ao melhor colocado do 3º ano letivo do Ensino Médio. No cotidiano escolar os alunos não usam estas medalhas, mas um pequeno broche, chamado “passador”, que corresponde à barra horizontal por meio da qual a medalha é pendurada na roupa. A medalha propriamente dita, afixada na farda pelo passador, só é vista em uso naquelas ocasiões festivas formais, nas quais os alunos estão usando as fardas de gala (uniforme “1ªA”), como foi o caso da comemoração do aniversário.



Figura 32: Premiação da Aluna 1ª colocada no 9º ano do Ensino Fundamental

Entregues as medalhas dos alunos, foi a vez da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) entregar suas moções de aplauso, o que vem ocorrendo desde 2004¹¹⁹. Cabe observar – no intuito mesmo de realçar os atores não humanos (actantes) que compõem a rede das atividades que estou investigando – que estas moções, bem como outros tipos de condecorações, são concedidas, também, para seres inanimados, como é o caso do Estandarte do Colégio. Esta é

¹¹⁹ Inicialmente, em evento realizado na sede da própria ALERJ; depois, em eventos no CMRJ, até a subsunção pela festividade do aniversário do CMRJ.

uma forma de se distinguir a instituição, passando ao largo das pessoas que, efetivamente, a vivificam¹²⁰.

O ato seguinte é a homenagem ao Conselheiro Thomaz Coelho, cujo túmulo se encontra ao lado direito do Palacete da Babilônia, junto a um pequeno bosque.

A história do Colégio – muito pela forma como é contada e, neste processo sem controle, as denominações que o próprio Exército foi apondo geraram versões imprecisas e fantasiosas – produz ramificações que frutificam em mitologia particular. Por exemplo, ao se chamar o Colégio de “Casa de Thomaz Coelho”, se pensa, muitas vezes, que efetivamente o conselheiro do Império morou na sede da fazenda, o que nunca ocorreu. Esta foi comprada, como toda a propriedade, da baronesa de Itacurussá, a qual não teve nenhuma outra participação na história do CMRJ que não esta venda, e por isso não batiza nenhuma rua ou alameda, não cede o nome a nenhum pavilhão ou sala.

Este não morador – o Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida – teve seus restos mortais transpostos para o túmulo a que nos referimos em 1981, junto com os de sua esposa, Maria Francisca Baptista de Almeida. Como acontece todos os anos, fez parte das comemorações do aniversário a colocação de uma corbélia de flores aos pés do túmulo, o que teve de acontecer segundo uma movimentação muito específica daqueles alunos designados para executar o gesto; o que nos remete à intrincada implicação do cerimonial militar, que tenta reproduzir novamente aquelas ações consagradas, e a falta de domínio, pela instituição, de todos os imponderáveis que, efetivamente, preenchem o acontecimento.

O Colégio estava cheio de expectadores. Eram familiares, militares, ex-alunos ou não. Eles preencheram, como é possível ver nas fotos, todos os espaços não reservados por demarcações diversas para o movimento cerimonial. Os alunos designados para a etapa da homenagem ao patrono esperaram compondo uma “guarda” ao lado esquerdo do túmulo. Foi possível perceber a angústia dos

¹²⁰ Quando, por exemplo, o estandarte da Escola Superior de Guerra (ESG) recebe a medalha “Mérito Segurança Pública do Distrito Federal”, pelos serviços prestados ao sistema de segurança pública da capital federal, se está promovendo um deslocamento que também pode ser entendido como uma metonímia, não mais da “farda como representação do Exército e da Pátria”, mas do estandarte (ou da bandeira, ou do brasão) pelo coletivo que ele representa, pelas histórias de vida, pelo somatório dos cotidianos que são a realidade do CMRJ.

mesmos, pois eles perceberam que o público que assistia o evento a sua frente não estava notando que, ficando ali, obstruiria o movimento da guarda. Antes mesmo do anúncio – pelo mestre de cerimônias que, sequenciando as ações, didatizava a atividade –, uma aluna, componente da guarda, pediu, nervosa, que os espectadores dessem passagem.

Na “hora H”, foi como se as águas do Mar Vermelho se abrissem (talvez não com a simplicidade épica dos milagres): a assistência percebeu o que iria acontecer e – ainda que sutilmente tangida por alguns soldados encarregados de garantir os movimentos daquela liturgia – abriu caminho à guarda que, com passos bem marcados (daquele jeito por meio do qual as Forças Armadas desumanizam os movimentos do corpo – quem anda assim? – buscando, na estetização, uma expressão de força e decorrente superioridade), saiu da posição lateral ao túmulo e ocupa posição à frente do mesmo, ainda que de costas para ele.



Figura 33: Alunas na posição inicial para a colocação da corbélia

Enquanto este movimento, que pareceu contornar em ângulo reto o túmulo, aconteceu, as autoridades que, realmente, prestariam a homenagem pela aposição da Corbélia, saíram da posição na qual presidiam a cerimônia e se aproximaram da guarda.



Figura 34: Alunas carregando a Corbélia para os homenageadores

Os homenageadores, entretanto, não puseram a mão nas flores: a guarda se moveu andando para trás, até alcançar a beira do túmulo, quando, então, pousou a Corbélia. Os alunos se viraram para a lápide e, todos em posição de “sentido” e ao som do exórdio tocado pela Banda, cumprimentaram, neste gesto, a memória do Patrono.



Figura 35: Alunas colocam a Corbélia



Figura 36: Alunas reverenciam o Patrono, junto com os homenageadores

Quero me demorar um pouco mais na importância litúrgica do túmulo do Conselheiro, não só para esta cerimônia em particular – talvez a oportunidade em que o valor simbólico do Patrono é mais destacado –, mas para o conjunto da pedagogia patronímica por meio da qual o CMRJ – e o Exército, na constelação de todos os Colégios Militares – busca a veiculação de sua identidade. As fotos a seguir foram tiradas em outra ocasião, permitindo observar com mais vagar os detalhes do monumento.



Figura 37: Vista frontal do túmulo

Topograficamente, o espaço ocupado pelo Palacete da Babilônia “domina” o terreno, ou seja, está acima do espaço restante do Colégio. A escolha desta localização para a Casa Rosa, se sabemos que a mesma foi sede de uma fazenda no século XIX, justifica-se pela sugestão de comando e de autoridade. Assim é que a escolha do local para a colocação dos restos mortais do casal é entendida pela disponibilização ritualística do mesmo, por deixar o túmulo – ao contrário do recato e do recolhimento que normalmente associamos aos restos mortais – em condições de participar, simbolicamente, das evocações históricas que acontecem nas cerimônias.



Figura 38: Bloco que sustenta a placa com o juramento do aluno

A entrada para o espaço reservado ao túmulo é balizada por dois blocos de cimento revestidos de mármore, os quais apoiam placas que contêm dois juramentos: a da esquerda, o juramento do aluno do CMRJ:

“Incorporando-me ao Colégio Militar e perante seu nobre estandarte, assumo o compromisso de cumprir com honestidade meus deveres de estudante, de ser bom filho e leal companheiro, de respeitar superiores, de ser disciplinado e de cultivar as virtudes morais, para tornar-me digno herdeiro de suas gloriosas tradições e honrado cidadão de minha pátria”.



Figura 39: Juramento do aluno

E o da esquerda, o juramento do ex-aluno:

“Ao deixar o Colégio Militar, assumo o compromisso de ser um cidadão digno e honrado, conservar a fé nos destinos do Brasil, cultivar o sentimento de camaradagem que congrega alunos e ex-alunos em uma única família e guardar as nobres tradições deste Colégio, prestando-lhe, com dedicação e entusiasmo, o meu serviço para sua crescente prosperidade, maior glória de seus filhos e eterno prestígio de seu nome”.



Figura 40: Juramento do ex-aluno

O túmulo propriamente dito contém uma lápide na qual se lê: *“A eterna gratidão das gerações de alunos do Colégio Militar do Rio de Janeiro ao seu patrono e fundador”*. Ao lado do sepulcro, a estátua de um aluno com a farda de gala e armado.



Figura 41: Estátua do aluno fardado que guarda o túmulo

O túmulo do patrono, com suas três inscrições (o agradecimento na lápide, o juramento de quem entra – aluno – e o de quem sai – ex-aluno) serve de grande ponto de convergência para a pedagogia patronímica e para o mecanismo de reprodução identitária da situação de aluno do CMRJ. Sobre o assunto, preciso me deter um pouco mais.

Chama à atenção a cena produzida, os elementos dispostos fora de localizações tradicionalmente funcionais, aqui reunidos para um espetáculo que congrega várias pretensões dessa pedagogia patronímica, os quais podem ser descritos segundo o protagonismo dos não-humanos. Senão, vejamos:

1. Já identificamos a Casa Rosa (ou Palacete da Babilônia) como centro focal das cerimônias do Colégio; ainda que outras celebrações ocorram no CMRJ, serão sempre secundárias quando não localizadas à sombra da “Casa de Thomaz Coelho”.

2. À frente da Casa fica a Praça Thomaz Coelho, e só com muito esforço evito pensá-la como aquele marco que funda a cidade, que afirma a conquista, que marca o início do tempo (ELIADE, 1992).

3. À direita de quem olha para o Palacete – e olha, portanto, para o século XIX – está o túmulo do patrono, dentro de um pequeno bosque, sob a guarda da estátua de um aluno fardado e armado.

4. O primeiro deslocamento é do túmulo, que recebeu posição de destaque – longe do recato e discrição dos cemitérios – para participar das formaturas, para compor junto com os alunos nas cerimônias.

5. Assim, o patrono divide o *comandamento*¹²¹, com a Casa Rosa e seus ocupantes, sobre o terreno do CMRJ. Estão no ponto mais alto, na paisagem dos heróis, onde é fácil evocá-los nas celebrações.

Podemos entender melhor a disposição de uma liturgia laica para os elementos elencados. São dispositivos escolhidos e dispostos não pela sua funcionalidade, mas atendendo ao interesse de cultivar o tempo e o espaço da Pátria, este esteio da identidade militar. Porque permaneceria em uso, ainda hoje,

¹²¹ Expressão militar que, normalmente, se refere ao local, à posição no terreno que permite ao seu ocupante ter vantagem estratégica sobre o inimigo; que lhe permite ver sem ser visto, ou atirar sem ser atingido.

a figura do *juramento*, senão para privilegiar esta perenidade, este mecanismo de troca entre os fugazes alunos e ex-alunos e a própria instituição?

Em outra cerimônia – que não pretendo descrever nesta tese –, que é a da apresentação do Estandarte do CMRJ aos novos discentes, estes realizam o “juramento do aluno”, como mais um item para a incorporação à condição de aluno. BENVENISTE (Apud AGAMBEN, 2011, p. 12) define juramento como

“(...) uma modalidade particular de asserção, que apoia, garante, demonstra, mas não fundamenta nada. Individual ou coletivo, o juramento só existe em virtude daquilo que reforça e torna solene: pacto, empenho, declaração. Ele prepara ou conclui um ato de palavra que só possui um conteúdo significativo, mas por si mesmo não enuncia nada. Na verdade é um rito oral, frequentemente completado por um rito manual, cuja forma é variável. E a sua função não reside na afirmação que produz, mas na relação que institui entre a palavra pronunciada e a potência invocada”.

Ou seja, podemos pensar no juramento (no caso em questão, um juramento promissório, voltado a um compromisso futuro) como um ato puro, ensimesmado, intransitivo, eficaz por si próprio, o qual existe para dotar de veracidade aquilo que é dito; ao mesmo tempo, é um ato que une pela fé: *“Por isso, a fé é tanto a confiança que depositamos em alguém – a fé que damos – quanto a confiança com que contamos junto a alguém – a fé, o crédito que temos”* (AGAMBEN, 2011, p.34).

Parece-me bem rico pensar no vínculo proposto pelo juramento como assimétrico (como toda a hierarquia) e simétrico ao mesmo tempo, posto que em relações hierárquicas como a militar, se estabelece um compromisso entre as partes, *“(...) Trata-se de uma autoridade que é exercida conjuntamente com a proteção sobre aquele que se submete, em troca da sua submissão e na mesma medida desta”* (BENVENISTE apud AGAMBEN, 2011 p. 34).

No juramento, é necessária esta confiança entre a parte que jura (*fides* – o aluno) e a parte que crê no juramento (*credere* – os militares). Independentemente de o quê se está jurando, o valor está nesse vínculo.

Volto, então, à cerimônia. Após a homenagem ao Conselheiro Thomaz Coelho, seguem-se as palavras do Comandante do Colégio, o qual pede permissão à autoridade que preside a cerimônia para fazer este uso da palavra.

Em seguida, o canto da canção do Colégio. Já tratei dela em etapa anterior de minha pesquisa. São recorrentes os cantos de canções militares nas cerimônias, bem como de hinos pátrios. Por diversas vezes – até porque tem de aprendê-la pela prática de cantá-la – os alunos cantam a canção do Colégio em eventos como este. Porém, no 6 de maio, aniversário do CMRJ, a canção é esperada como o “Parabéns pra você”, exatamente porque é o momento em que a instituição, sempre ciosa do controle que mantém sobre o desenvolvimento da atividade, concede maior participação – junto com a saudação colegial que veio a seguir – ao público civil presente, aos ex-alunos que retornam à casa de Thomaz Coelho.

E foi fácil perceber a forte corrente emocional galvanizando o público, com inúmeras pessoas chorando ao cantar, como que conferindo materialidade ao trecho: “*Mais um dia o pranto há de nossos olhos inundar / Ao chorarmos a saudade / Do COLÉGIO MILITAR...*”.

Neste momento permitido pela instituição, os ex-alunos recuperaram o *estar alunos* que perderam quando transpuseram, em sentido contrário, o portão do CMRJ (ou perderam a condição de aluno por algum outro motivo prescrito nas normas).

Em seguida, o “zum zaravalho”, a saudação colegial, reiterou o conagraçamento entre alunos, ex-alunos, militares que servem ou serviram no CMRJ, dentre outros que conhecem aquele brado característico do Colégio. O mecanismo foi o mesmo: o aluno mais graduado do 3º ano (coronel-aluno) foi anunciado pelo mestre de cerimônia; saiu de forma, ou seja, se moveu sozinho para fora do conjunto de alunos (o “tijolo”) no qual estava; ocupou uma posição mais central em relação a toda a espacialidade do evento e, desta posição, “puxou” a saudação: “*E ao Colégio, tudo ou nada?*” Ao que todos responderam em unísono: “*Tudo!*” E ele: “*Então como é, como é que é?*” Dando a deixa para que a grande onomatopeia de significados perdidos no tempo, o extenso

encadeamento de palavras aparentemente reunidas por algum tipo de eufonia, tecesse as presenças em um mesmo tecido inconsútil.

Como qualquer momento muito esperado dentro de uma cerimônia composta por passos bem demarcados, um evento sobre o qual surpresas não são desejadas – justamente porque a repetição, mais que validar os gestores que produziram a atividade e, por extensão, a competência de uma instituição que se alimenta de sua perenidade, concretiza o próprio objetivo do ritual: *aqui estivemos, sempre estaremos* –, o término da saudação colegial provocou um “alívio” geral, uma impressão perceptível de que algo muito importante fora confirmado. Ainda que quase todos os itens componentes da cerimônia de aniversário sejam corriqueiros (com as devidas particularidades) e estejam presentes na liturgia geral das Forças Armadas (recepção a mais alta autoridade; incorporação da Bandeira Nacional; palavras do comandante; etc.), tanto a canção do Colégio como a saudação colegial parecem dividir, como clímaxes, o evento em um antes e um depois. Assim é que posso falar na impressão de “alívio” que se seguiu ao atingimento destes pontos mais altos, sem os quais o 6 de maio não é o aniversário do CMRJ.

Passados estes clímaxes, restou apenas (mas não menos importante) o desfile.

Como aconteceu nas duas atividades que compuseram a entrada dos novos alunos e, de modo geral, em todos os eventos em que os alunos são postos, por algum motivo, em forma, o desfile do 6 de maio começou com sua anunciação pelo mestre de cerimônias.

Seguiu-se um movimento que é de “arrumação”, no sentido de que serve ao reposicionamento dos atores para que o desfile propriamente dito ocorra valorizando todos os seus elementos. Assim é que os alunos saíram marchando (pela esquerda da formatura) e foram para trás da Casa Rosa, sumindo das vistas de todos. Os ex-alunos foram convidados a participar do desfile, entrando em forma, também fora das vistas, segundo seus anos de formados.

Enquanto esta logística aconteceu em segundo plano, a autoridade que presidiu a cerimônia, acompanhada pelo comandante do CMRJ e por um pequeno grupo de outros destaques aos quais se concedeu a deferência de assistir ao desfile em posição privilegiada, deslocou-se para a Praça Thomaz Coelho, no centro do evento, colocando-se de lado para a Casa Rosa e de frente para a rua pela qual os alunos passariam, em descida, marchando.

Este reajuste atendeu a diversos objetivos: ele permitiu que os alunos, bem como todos os que iriam desfilar, o fizessem em linha reta, por um percurso maior e favorecido pela descida. Ao mesmo tempo, a escolha do lado da Praça e, conseqüentemente, do lado pelo qual os alunos iriam passar, garantiu que a devida continência à autoridade se desse para a direita, da parte da tropa em movimento.

Passaram-se vários minutos até que a comemoração pudesse ser retomada segundo o cerimonial. Manteve-se o burburinho da assistência, de inúmeros responsáveis por alunos, de militares diversos (que foram ou não alunos) e de outros expectadores que não detinham o status de ex-alunos para pleitear a participação no desfile ou, por algum motivo, não quiseram participar.

E vieram as bandas – sim, porque, além da banda do CMRJ, composta por alunos, a banda de militares e músicos profissionais do 1º Batalhão de Guardas (1º BG) também estava presente, apoiando e “encorpando” os componentes musicais do evento. Primeiro passou a banda do CMRJ, tocando a Canção do Colégio, em continência à autoridade na Praça Thomaz Coelho; em seguida, a banda do 1º BG, prestando a mesma continência, posicionou-se junto à primeira banda, ao lado da Praça.



Figura 42: Início do desfile

A imagem acima mostra a aproximação da banda do Colégio. Todos os alunos usam o uniforme de gala e estão com barretinas na cabeça – um tipo de chapéu cerimonial resgatado recentemente pelo comando do CMRJ, no intuito de compor com os demais símbolos históricos do uniforme. Nesta imagem, também é possível ver que a autoridade em relação a qual os atores se movimentam ocupa seu local de destaque e já espera a continência da banda que se aproxima, na posição de “sentido”. A imagem abaixo é um “close” da maior, permitindo ver melhor os detalhes de “pompa e circunstância” da banda.



Figura 43: Detalhe da aproximação da Banda do CMRJ

Começou o desfile dos ex-alunos. Eles passam na frente porque a mensagem de perenidade institucional, pela continuidade dos alunos – que entram e saem do Colégio, mas são como que *os mesmos alunos* –, deve ser comunicada em sentido histórico, como o tempo que passa sem, efetivamente, passar: *in illo*

tempore (ELIADE, 1992). Mais à frente, abrindo o desfile, seguem dois alunos da década de 1950, sendo o mais baixo o ator *Castrinho*, da Rede Globo de Televisão. A autoridade os cumprimenta, pela continência.



Figura 44: Início do desfile, com a turma mais antiga participante



Figura 45: Passagem das turmas de 1960 - 69

Temos de lembrar que, no ano de 2014, o CMRJ – e, portanto, todo o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) – completou 125 anos de existência. Essa data mais redonda elevou o comparecimento ao evento – de resto, sempre muito bem frequentado – fazendo com que turmas mais antigas, as quais desfilam reunidas em décadas – se fizessem representar fortemente, como na foto anterior.

São turmas cuja média de idade dos representantes circula pelos sessenta anos. Alguns trazem suas boinas, outros trazem os “bibicos” (ou “casquetes”), chapéus usados no dia-a-dia das Forças Armadas e que também o eram nos

Colégios Militares. Chama à atenção a evidência de que o desejo de retornar à casa onde estudaram não é, como acontece em encontros de turmas de ex-alunos de escolas civis, ainda que muito tradicionais, a vontade de atender ao chamamento da amizade (ainda que reencontrar os amigos seja, é claro, um atrativo). Se a intenção fosse reativar o convívio, reviver uma mocidade apagada junto com o próprio corpo, estes ex-alunos não teriam porque entrar em forma de novo, desfilar de novo, reencenar – com um notável caráter lúdico que antes não lhes era permitido – o papel de discentes de Thomaz Coelho.

Os ex-alunos, quando desfilam, não descem pela Alameda Dom Pedro II. Eles contornam a Praça Thomaz Coelho, de modo a não abandonar a festividade: entraram em *estado de aluno* (McLAREN, 1992) e já saíram desse estado, após saudar a autoridade e contorná-la, pela direita. A instituição lhes concedeu um momento para recuperar a condição antiga, o tempo entre os dois juramentos. Agora esta concessão se dá por vencida, e eles voltam a ser somente assistência.



Figura 46: Contorno, em sentido horário, da Praça Thomaz Coelho

Eis que o ex-aluno *Castrinho*, que desfilou à testa da década de cinquenta, subverteu a expectativa ao puxar a saudação colegial para seus colegas, no momento em que, do outro lado da Praça, passavam os discentes da década de setenta. Os alunos atendem ao chamamento e repetem o “zum zaravalho”. A partir dessa primeira quebra de protocolo, outras turmas fizeram o mesmo.



Figura 47: O ex-aluno Castrinho puxando o "zum zaravalho"

A partir da década de oitenta, podemos ver ex-alunos que, tendo seguido a carreira militar – o que, como vimos, não corresponde ao que fez a maioria – ainda estão na ativa de suas Forças Armadas ou Auxiliares (Polícias Militares e Corpo de Bombeiros); portanto desfilam fardados, e seu comportamento já não é descontraído como o dos ex-alunos civis ou da reserva, que desfilam com postura claramente distinta.



Figura 48: Desfile de turmas contendo militares ainda na ativa

Foi no ano de 1989, portanto do centenário do CMRJ, que os Colégios Militares passaram a aceitar mulheres como discentes. É no conjunto das turmas da década de 1990 que elas aparecem, eufóricas, com suas boinas compondo outros “looks”.



Figura 49: Começo do desfile com mulheres

Este tijolo tem outro colorido, no sentido amplo do termo. Não só pelas mulheres, jovens senhoras reencontrando a situação da qual foram pioneiras, mas pela polifonia das várias fardas com suas histórias singulares: misturam-se profissionais do Exército, da Polícia Militar, da Marinha, e o grau de descontração do desfile – ainda que os profissionais respeitem seus protocolos de marcialidade – parece ser maior.

As turmas seguintes compareceram em maior quantidade: passam a desfilar individualizadas. A maioria é de civis e a presença das boinas é constante.



Figura 50: Aumenta a presença das boinas



Figura 51: Turma de 2013, a última formada

Após passarem os ex-alunos, começam a passar as escolas convidadas. Representações, tanto de escolas militares para as quais seguirão os formandos – como a Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM), a Academia da Polícia Militar Dom João VI, etc. – como escolas militares coirmãs – Colégio Naval, Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAr), etc. São educandários assemelhados pela aparência de suas vestes e pela vaidade correlata dessas fardas. Brilho e asseio, exteriorização do cuidado consigo pela aparência dos uniformes.



Figura 52: Início do desfile do CMRJ: mascote "Nicodemus"

Só após se esgotar a passagem dessas escolas é que os atuais alunos do CMRJ despontaram no desfile. Eles cruzaram à direita da Praça Thomaz Coelho, prestando continência ao Gen Montezano. A sequência dos discentes é a da antiguidade dos anos e das Armas; assim, marcharam primeiro os que estão mais próximos de sair do Colégio (3º ano do Ensino Médio) e por último os que chegaram ali em 2014 (6º ano do Ensino Fundamental). Exceção feita para a passagem da mascote – carneiro Nicodemus – conduzido pelos menores alunos do

6º ano e da Guarda de Honra (aquela que recebeu a maior autoridade no portão do CMRJ).



Figura 53: Desfile da Guarda de Honra

Desfilaram a Companhia de Infantaria (Cia Inf), o Esquadrão de Cavalaria (Esqd Cav), a Bateria de Artilharia (Bia Art) e a Companhia de Comunicações (Cia Com).

A antiguidade das Armas, que determina a ordem do desfile, vem de quando as mesmas se estabeleceram, e isso a partir do momento iconico da Guerra do Paraguai. Assim é que a Arma mais “antiga” – portanto de precedência hierárquica para o desfile – é a de Infantaria, cujo patrono é o Brigadeiro Sampaio.



Figura 54: Desfile masculino da Infantaria, com coturnos.

A Infantaria passou dividida por gênero. Com esta divisão, os rapazes de gala estavam de coturnos, que é um item do vestuário privativo desta Arma. As moças, no grupo seguinte, estavam também de gala, porém sem o coturno – que usam no dia-a-dia, com outro uniforme, menos formal – porque não existe previsão, pelo Exército, de uma versão feminina do gala, com coturno. Desta

forma, a preferência pelo traje de festa (gala) privou as alunas de calçarem um símbolo que conquistaram, uma das “distinções dentro das distinções” de que tratamos aqui.



Figura 55: Desfile feminino da Infantaria, sem coturnos

Em seguida veio a Cavalaria, em um único bloco, indistinto por gênero. À frente, um aluno portava a lança, símbolo da Arma, seguido por uma aluna que conduzia um pônei. O bloco único quer dizer mesmo traje. Todos estavam com as botas de cano alto, típicas para a montaria, e usando culotes de cavaleiro. Ainda que a normatização dos trajes preveja que estes culotes são folgados em homens e mulheres, foi possível ver a distinção criada por muitas alunas, que é a de usar seus culotes como uma malha justa, o que afemina uma farda originalmente masculina.



Figura 56: Desfile único da Cavalaria, com seu mascote privativo

E veio a Artilharia, também em bloco único. Os alunos desta Arma não detêm peças de vestuário privativas, portanto, para quem os vê passarem, não há como saber que são alunos da Artilharia. O uniforme de gala contém, apenas, as insígnias que identificam os anos escolares (todos alunos do Ensino Médio).



Figura 57: Desfile da Artilharia, em um único bloco

Por último, nesta antiguidade das Armas, passou a CIA Com. A disputa pela posse dos símbolos é um assunto muito interessante, ainda que não para o escopo deste trabalho. As Comunicações, desvalorizada na escolha pelos alunos ao longo de muito tempo, tem buscado marcar suas distinções de modo mais evidente, como a querer ganhar espaço em um mercado de bens simbólicos. Assim é que ela veio com uma primeira fileira de alunos carregando rádios de campanha nas costas, além de embandeirados com flâmulas nas cores da arma (branco e azul). Isso busca demarcar um espaço de prestígio pelo vestuário, pela exposição de itens identitários que, tradicionalmente, sempre foi muito mais fácil (até mais natural) na Infantaria (com seu coturno) e na Cavalaria (com sua bota e seu culote).



Figura 58: O desfile das Comunicações, com seus equipamentos e flâmulas

Terminado o Ensino Médio e suas Armas, seguiram-se as séries do Ensino Fundamental, dos alunos mais velhos para os mais novos. Eles passaram com uniformes de gala e, se não atentarmos para os detalhes – pouco visíveis à distância –, não os distinguiríamos daqueles que, no Ensino Médio, já se identificavam pelas Armas as quais pertencem. Na imagem a seguir, a passagem da 4ª Companhia de alunos (4ª Cia AI), da qual fazem parte os discentes do 9º ano

do Ensino Fundamental, indistintos por gênero, a um passo de individualizarem-se pelas Armas.



Figura 59: Desfile da 4ª Cia, 9º ano do Ensino Fundamental

Os anos vão passando, visível e materialmente: o desfile espacializou o tempo e, na homogeneidade dos alunos, atestou a perenidade da Instituição. Daqueles alunos há mais tempo no Colégio para aqueles recém-chegados. Diminuíram as alturas, diminuiu a desenvoltura com o comportamento militar, aquilo que já foi chamado de *criação dos corpos dóceis* (FOUCAULT, 2007).

O 6º ano (1ª Cia Al) passou em dois blocos, separados por gêneros, e procurei, nas fotos escolhidas, não destacar aqueles que vão à frente (dizemos à testa), mas os últimos, porque menores e, normalmente, mais jovens.



Figura 60: Desfile das meninas do 6º ano

E passaram as meninas. Como se espera nesta idade (um intervalo que vai dos 10 aos 12 anos), elas se mostraram mais maduras, mais “mocinhas” que os meninos, ainda “moleques”. Essa maturidade se traduz na incorporação dos itens de vestuário, naquilo que parece ser uma predisposição maior à “montação” de um tipo, no caso, o pretendido pelo Exército – ainda que, paradoxalmente, sejam as mulheres que primeiro entendam e atendam a essa proposta de composição, e não os homens, público original das Forças Armadas.

Como fecho para o desfile, realizada já a passagem do tempo (ex-alunos; alunos mais antigos; alunos mais novos) veio o desfile a cavalo, realizado pelos alunos da Cavalaria.



Figura 61: Aluno comandante do desfile hipomóvel saúda a maior autoridade

Nesta etapa da cerimônia, vi o conjunto mais acabado de toda uma estética das fardas, daquilo que é a distinção pelas roupas, pelas cores, pelos adereços e demais objetos. O aluno destacado à frente de grupamento presta continência à autoridade “abatendo a espada” ao passar com o cavalo, gesto tributário a toda uma tradição do Exército. Ele está com o elmo na cabeça, assim como os demais cavaleiros que o seguem, empunhando lanças com as flâmulas azuis e vermelhas – as cores do Exército Brasileiro.



Figura 62: Demais alunos no desfile hipomóvel

O término do desfile marcou o fim da cerimônia de aniversário do CMRJ. Outras atividades foram realizadas, como demonstrações do emprego militar das quatro Armas, pelos alunos seus representantes.

5.3. Conclusões

No esforço de etnografia das duas cerimônias fundamentais no processo identitário do aluno do CMRJ (a entrada dos novos alunos, dividida em duas partes – a entrada propriamente dita e a entrega da boina garança – e a comemoração do aniversário do Colégio, o chamado “6 de maio”) busquei delinear melhor a importância destes eventos em relação ao objeto de nossa investigação.

Propus-me, de início, compreender a relação dos atuais alunos dos Colégios Militares, dessa geração do século XXI, com os dispositivos – no sentido ampliado por AGAMBEN (2007, 2009) a partir do conceito de FOUCAULT (2007b) – que permitem a “montação” do militar: suas fardas (em especial, no caso dos CM, das boinas, dos culotes da Cavalaria e alguns outros adereços particulares), bem como os gestos e comportamentos privativos das Forças Armadas.

Porque a hipótese inicial apontou para uma releitura, uma ressignificação que não era oposição. Os alunos parecem fazer outra coisa dos símbolos que lhes são ofertados, com um grau variável de tolerância de parte da instituição militar. Sem nunca *serem militares*, os alunos *estão militares*, mas em um modo próprio.

O reconhecimento, ainda que tácito, de que se trata de um *estado* e não de uma *essência* permite uma leveza e uma fugacidade que fazem toda a diferença, frente a desejada solidez e perenidade do *espírito militar* (CASTRO, 1990): não um pensamento de certezas exclusivas e invariáveis, mas de composições plurais que se aceitam, irmanadas.

Existe aí – retomando a profanação de que fala AGAMBEN (2009) – um novo preenchimento, uma nova significação, dos dispositivos. Esvaziados da intencionalidade original (cabendo investigar, mais de perto, o quanto por conta e com a anuência do próprio Exército), os dispositivos que “montavam” o militar passam a compor a pluralidade de alunos, em uma relação de *subjetivação* e *dessubjetivação* (AGAMBEN, 2009, p. 47).

Parece-me vir totalmente ao encontro dessa investigação, da necessidade em situar melhor o que seria essa “montação do aluno” pelos próprios discentes – a qual estou tratando como um esforço de ressignificação, de releitura –, a colaboração de BOURRIAUD (2011) quando, ao explanar sua concepção de *altermodernidade*, descreve o sujeito da contemporaneidade como *radicante*, em oposição ao da modernidade – sujeito radical:

“Por seu significado simultaneamente dinâmico e dialógico, o adjetivo radicante qualifica o sujeito contemporâneo dividido entre a necessidade de um vínculo com seu ambiente e as forças do desenraizamento, entre a globalização e a singularidade, entre a identidade e o aprendizado do Outro. Ele define o sujeito como um objeto de negociações (BOURRIAUD, 2011, p.50).

Vou me ater mais neste ponto, que passa a ter grande importância para o desenrolar do trabalho.

Mais do que caracterizada por sua necessidade de classificações e de distinções (BAUMAN, 1998 e 1999), a modernidade pode ser identificada pela busca da pureza, da essência e das raízes: por sua *radicalidade*. Na arte, isso se vê pelo processo de depuração segundo o qual os artistas buscam a essência do que fazem, e de posse desse ponto de partida estabelecido, desse marco singular, fundam uma escola, uma corrente, um movimento: eles crescem, como uma árvore cresce de suas raízes.

Na contemporaneidade – nos diz o autor, que denomina o período como pós-modernidade –, prevalece a ideia de movimento, de desapego, como inferido do trecho a seguir:

“Onde o modernismo procedia por subtração, de modo a desenterrar a raiz-princípio, o artista contemporâneo procede por seleção, acréscimos e multiplicações: ele não busca um estado ideal do Eu, da arte ou da sociedade, e sim organiza os signos a fim de multiplicar uma identidade por outra” (BOURRIAUD, 2011, p. 50).

Agora, um movimento que finca raízes precárias e amovíveis ao longo do percurso da história individual, onde, antes, raízes sólidas davam o fundamento para a edificação de uma obra. O que conta, agora, “*de fato, é a aclimatação a*

contextos diversos e os produtos (ideias, formas) gerados por essas aculturações temporárias” (Idem, p. 51).

Para este sujeito radicante¹²², também o tempo e o espaço significam outra coisa. Pela precariedade necessária de suas raízes, que só se fixam o tempo suficiente para negociar a identidade de cada momento, não é possível pensar no espaço como história perene, mas como residência fugaz.

A história perene (trazendo o argumento para minha investigação) é a raiz sobre a qual o Exército edifica sua identidade: ele se move em um espaço o qual busca remeter, sempre, à Pátria, como espaço ecossimbólico original. A instituição é feita desse espaço, o que se explicita nas roupas que o recordam, na linguagem que o cita, nos códigos que o valorizam.

Ao contrário, a residência fugaz, como espaço dos alunos radicantes, é o acampamento temporário, desapegado: algo sempre é trazido para cada novo endereço, mas sempre é sabido que não se permanecerá o suficiente, em cada lugar, para que ele venha a remeter a algum enraizamento.

Retomemos o fio da meada, agora, após esta breve introdução ao conceito de radicante. Parecia-me muito importante – e assim se confirmou – seguir o fio desse cotidiano em que várias atividades se prestam à criação do *espírito militar* (CASTRO, 1990), ainda que voltado para não-militares. E, no rastreio desse processo, tornou-se paulatinamente mais clara a metodologia do Exército, a qual denominei – como apontamento para pesquisa posterior – como uma pedagogia patronímica, uma *areté* voltada à reprodução de valores considerados caros às Forças Armadas.

Ainda que não formalizada como um programa educativo, sendo mais um *currículo oculto* (APPLE, 2006) o qual – caberá investigar em pesquisa futura – parece funcionar automaticamente, com uma intencionalidade muito menor do que se poderia esperar em uma didática tão intrincada, esta pedagogia compreende

¹²² “*Ser radicante: pôr em cena, pôr em andamento as próprias raízes, em contextos e formatos heterogêneos; negar-lhes a virtude de definir por completo a nossa identidade; traduzir as ideias, transcodificar as imagens, transplantar os comportamentos, trocar mais do que impor*” (BOURRIAUD, 2011, p.20).

toda uma rede de ações no cotidiano escolar voltada a subjetivação dos alunos¹²³. Entretanto, o que emerge da observação é uma polifonia de significados, de desejos que se valem das vestes e dos gestos para ocupar o espaço e o tempo do CMRJ.

Lembrando, sempre, o quanto que espaço e tempo são outra coisa para os militares, como nos ajuda a ver a contribuição de BERQUE (2010) e o entendimento dessa fecundação recíproca do meio para os sujeitos: o *espaço ecossimbólico* da Pátria.

Retomo, agora, as contribuições de BOURRIAUD (2011) para minha pesquisa, permitindo que o autor amplie o alcance de seus conceitos.

Atentando para o viés econômico da pós-modernidade, percebemos que este se desgarrar, cada vez mais, dos bens naturais, dos insumos concretos, e, conseqüentemente, de um vínculo com a geografia. O capitalismo se encaminha para a inovação tecnológica (caso do Japão), para a financeirização (exemplo dos Estados Unidos), ou para o setor de serviços, em geral:

“A economia se desconecta o quanto pode da geografia concreta, deixando a exploração das matérias brutas para os países ditos ‘emergentes’, doravante considerados minas a céu aberto e reservas de mão de obra barata” (BOURRIAUD, 2011, p. 186).

De onde podemos estabelecer uma relação entre os dois períodos (modernidade e pós-modernidade), em termos de que o primeiro tem a ver com

¹²³ Que existe todo um manancial não explorado de práticas formativas é fácil comprovar: é o fim da reabilitação do *juramento*, que, em nosso caso particular, ocorre duas vezes na vida escolar dos alunos – quando os mesmos se tornam alunos e quando deixam de sê-lo –, de criar um vínculo, um compromisso recíproco que independe do conteúdo jurado, mas apenas de sua aceitação por quem jura (o aluno) e por quem crê no juramento (o Exército). É o fim, também, da colocação do título do Conselheiro Thomaz Coelho, bem como o de sua esposa, em posição de destaque no cenário das cerimônias do Colégio – ao invés do recato dos cemitérios –, de tornar presente, mais uma vez, o passado institucional, esse momento intemporal, para vincular os alunos nesses espaço e tempo perenes do Exército. Da mesma forma, destacando a singularidade desse mundo à parte – a caserna – que adentrei para compreender, encontro tantas coisas tornadas atores (actantes): o estandarte do Colégio que entra em cena com suas condecorações, para receber, ele, o juramento dos alunos; as boinas ou os bibicos ressuscitados pelos ex-alunos, ansiosos para voltar – em poucos minutos que sejam – à condição de alunos, ao *estar militares* de tempos atrás; o desfile nada gratuito de cortes, cores, feítios, nos uniformes dos alunos e dos representantes de outras escolas, comunicando uma gramática muito particular para a assistência e fazendo o tempo se deslocar no espaço; os culotes de cavalaria nas alunas do Ensino Médio, apropriados para uma composição outra que não a mensagem histórica pretendida pelo Exército, e muito menos para a funcionalidade de uma veste de montaria...

energia e abundância, e nos remete ao território; e o segundo (que preferimos tratar como contemporaneidade) tem a ver com a escassez e a abstração, logo se realiza em serviços e se descola de qualquer terreno.

Esta desterritorialização, vista no viés econômico, aparece nos argumentos de vários autores, que reconhecem que “o espaço encolheu”; para SLOTERDIJK (apud BOURRIAUD, 2011, p. 188), “[o espaço] *não passa do vazio entre dois postos de trabalho eletrônicos*”; para SERRES (idem, p.188), que considera o *trocador* a unidade espacial de base:

“Se os trocadores hoje constituem núcleos de um espaço em que doravante não fazemos mais do que passar, como morar nele? Resposta: já não moramos. Será possível pensar, representar um jardim da errância?” (apud BOURRIAUD, 2011, p. 188).

O encolhimento do espaço nos põe, a todos, em movimento. Ditado – ou não – pela economia, esse descolamento do território que atende genericamente por “globalização” produz um sentido geral de “êxodo” que passa a emoldurar nosso estar no mundo: estamos em movimento, e devemos reavaliar todas as coisas do *“ponto de vista de sua transportabilidade – mesmo que arriscando deixar para trás tudo o que é demasiado pesado para carregadores humanos”* (SLOTERDIJK apud BOURRIAUD, 2011, p.191).

Partindo desta imagem do “êxodo” é que posso reposicionar nossos atores, com rigor apenas didático.

De um lado, a instituição do Exército Brasileiro, enraizada no espaço ecossimbólico da Pátria, ao ponto de carregá-lo, mais do que consigo, mas em si; ao ponto de investir-se (essência) da história, dos costumes e das tradições, mais do que apenas vestir-se (contingência) de referências à história, aos costumes e às tradições.

De outro lado, os alunos, que vestem todos os símbolos para pô-los em relação, para fazê-los dialogar com outros elementos igualmente contingenciais, sem se perderem em seu deslocamento, mas se permitindo a experiência de uma identidade relacional, desapegada.

O Exército, porque carrega essa paisagem essencializada (radical) que lhe confere significado, está sempre em sua Pátria, onde quer que ele esteja; está sempre remetido ao território primordial e não vive o “êxodo” como movimento desapegado.

Os alunos, por sua vez, mantêm suas raízes no ar, evitando qualquer coisa que os fixe, permanentemente, em uma significação definitiva. Eles lançam essas raízes

“de modo a produzir o que poderíamos chamar de instalação: instalamo-nos em uma situação, em um lugar, de maneira precária; e a identidade do sujeito não é mais do que o resultado temporário desse acampamento, ao longo do qual se realizam atos de tradução. Tradução de uma trajetória na língua local, tradução de si mesmo em um ambiente, tradução nos dois sentidos. O sujeito radicante apresenta-se, assim, como uma construção, uma montagem: em outras palavras, uma obra, nascida de uma negociação infinita” (BOURRIAUD, 2011, p. 54).

Até este ponto, meu trabalho privilegiou o desvelamento da relação entre o colégio e seus alunos pelos olhos institucionais que pretendem, lançando mão do que estou chamando de uma pedagogia patronímica, reproduzir a identidade militar – o *espírito militar* (CASTRO, 1990); no próximo capítulo buscarei privilegiar o olhar dos alunos em sua ação na rede da qual fazem parte.